

23 SET 1101148

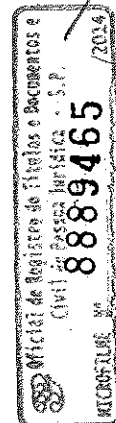
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA

CAB CUIABÁ S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CAB CUIABÁ S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO" ("Escritura de Emissão"):



I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

**CAB CUIABÁ S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO**, com sede na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, na Avenida Gonçalo Antunes de Barros, 3196, Bairro Carumbé, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob o NIRE 51.300.011.514 neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia" ou "Emissora");

II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série"), dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas");

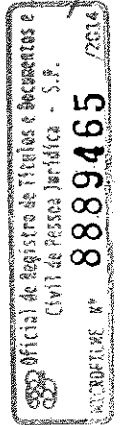
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, Bloco 8, Ala B, salas 303 e 304, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"); e

III. como garantidora pelo anuente às obrigações assumidas nesta Escritura de

3º RTD-RJ-Reg. nº 1101148  
Emolumentos ..... R\$ 685,91  
Distribuidor ..... R\$ 23,91  
PM/CN/V/Mutua/Acotação ..... R\$ 24,57  
Fey/Fundper/Funper/Funapen ..... 226,39  
Total ..... R\$ 940,78



3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



Emissão:

3  
COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, 1º andar, conj 12, Vila Olímpia, CEP: 04.547-005, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob o nº 08.159.965/0001-33, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CAB Ambiental");

PCT PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Ulisses Pompeu de Campos, nº 2.320, sala 03, Centro, CEP: 78.110-601, Várzea Grande, Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 12.046.745/0001-70, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("PCT"); e

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, conj 192, sala 23, Vila Olímpia, CEP: 04.547-005, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.284.210/0001-75 neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Galpar") e quando referida em conjunto com CAB Ambiental, e a PCT, "Intervenientes Anuentes")

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

## 1. AUTORIZAÇÕES

- 1.1 A (i) emissão das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"); e (ii) oferta pública de distribuição de Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 08 de setembro de 2014 ("AGE").

## 2. REQUISITOS

- 2.1. A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

2.1.1. *arquivamento e publicação da AGE.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE será arquivada na Junta





- Comercial do Estado do Mato Grosso ("JUCEMT") e publicada no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso ("DOEMT"), no jornal Diário de Cuiabá;
- 2.1.2. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEMT;
- 2.1.3. *registro na CVM.* A presente Oferta está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação;
- 2.1.4. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- 2.1.5. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- 2.1.6. *Registro das Garantias Reais.* O registro das garantias reais das Debêntures, descritas na Cláusula 7 dessa Escritura de Emissão, será feito, nos termos dos Contratos de Garantia.
- 2.1.7. *Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de colocação, a Oferta poderá vir a ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informação para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.





### 3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

3.1. A Companhia tem por objeto social exclusivo a outorga da concessão para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que compreendem as atividades de infra-estrutura e instalações necessárias ao abastecimento público de água, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição, e os serviços públicos de esgotamento sanitário, correspondentes as atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários, no limite territorial urbano do Município de Cuiabá e dos Distritos de Coxipó do Ouro, Guia, Aguaçu, Sucuri e Nova Esperança Pequizeiro, no Estado do Mato Grosso, incluindo a prestação dos serviços complementares, nos termos do "Edital de Licitação por Concorrência Pública nº 014/2011 e do Contrato de Concessão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Cuiabá, celebrado em 17 de fevereiro de 2012 ("Contrato de Concessão")".



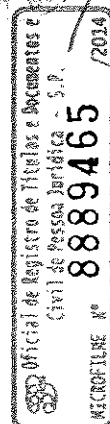
### 4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para a amortização da 6ª emissão de notas promissórias emitidas pela Companhia, ou qualquer outra emissão de notas promissórias que venha a substituir a referida emissão, para pagamento da outorga onerosa devida pela Emissora, nos termos do Contrato de Concessão.

### 5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1. Colocação. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação no valor de até R\$ 179.500.000,00 (cento e setenta e nove milhões e quinhentos mil reais), nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta") com a intermediação de instituição integrante do sistema de





distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder").

5.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) investidores qualificados, pelo Coordenador Líder; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) investidores qualificados, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476.

5.1.2. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada investidor qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão.

5.2. *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

5.3. *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures de cada série serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal, em uma única data (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo).

## 6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

6.1. *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.

6.2. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de até R\$ 179.500.000,00 (cento e setenta e nove milhões e quinhentos mil reais).

6.3. *Quantidade.* Serão emitidas até 17.950 (dezessete mil, novecentos e cinquenta) debêntures ("Debêntures").

6.4. *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal").

6.5. *Séries.* A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo que a quantidade de séries e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série serão definidas





conforme a demanda dos investidores por qualquer uma das séries das debêntures, em sistema de vasos comunicantes, observado que o somatório das Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série"), das Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série") não poderá exceder a quantidade prevista na Cláusula 6.3 acima.

- 6.5.1. Caso, por qualquer motivo, não haja colocação das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, tal série será automaticamente cancelada, neste caso as Debêntures serão "classificadas" como série única.
- 6.5.2. Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série, ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
- 6.6. *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.
- 6.7. *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é Banco Bradesco S.A. ("Escriturador").
- 6.8. *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é Banco Bradesco S.A. ("Banco Liquidante").
- 6.9. *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10. *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de setembro de 2014 ("Data de Emissão").
- 6.11. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sendo as Debêntures garantidas pelo Penhor e pela Cessão Fiduciária, conforme descritos e definidos na Cláusula 7 abaixo.
- 6.11.1. As garantias reais outorgadas para esta Emissão serão

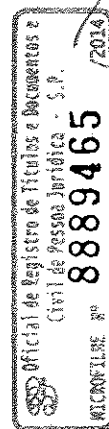




compartilhadas com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES"), em razão do "Contrato De Compartilhamento de Garantias" a ser firmado junto ao BNDES.

- 6.11.2. As garantias reais outorgadas para esta Emissão poderão ser compartilhadas com futuros contratos de financiamento a serem firmados com o BNDES, além daquele previsto no "Contrato De Compartilhamento de Garantias" citado no item 6.11.1, e com nova emissão de debêntures, em virtude de renegociação, repactuação ou resgate antecipado das debêntures da segunda série, caso sejam verificadas melhores condições de mercado, respeitando o procedimento descrito na cláusula 6.18 abaixo e haja prévia aprovação pelo BNDES das condições e da nova escritura de emissão.
- 6.12. *Prazo e Data de Vencimento.* O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se portanto em 15 de setembro de 2024.
- 6.13. *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal das Debêntures será pago semestralmente, sendo a primeira parcela paga no 24º (vigésimo quarto) mês a partir da emissão, ou seja, em 15 de setembro de 2016 e a última parcela na Data de Vencimento, conforme tabela abaixo:

Ano	% Amortizado
15 Setembro/2016	1,5000
15 Março/2017	1,5000
15 Setembro/2017	1,5000
15 Março/2018	3,0000
15 Setembro/2018	3,0000
15 Março/2019	4,7500
15 Setembro/2019	4,7500
15 Março/2020	5,5000
15 Setembro/2020	5,5000
15 Março/2021	5,5000
15 Setembro/2021	5,5000



*meef*

4

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

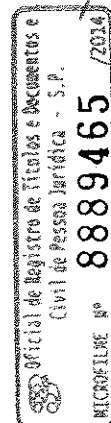
*[Signature]*

*[Signature]*





15 Março/2022	8,0000
15 Setembro /2022	8,0000
15 Março /2023	9,7500
15 Setembro /2023	9,7500
15 Março /2024	11,2500
15 Setembro 2024	saldo do Valor Nominal Unitário



6.14. **Remuneração.** A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:

6.14.1. **atualização monetária da Primeira Série:** o Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Primeira Série será atualizado monetariamente, a partir da Data de Integralização, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("IPCA" e "Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures, incorporado ao Valor Nominal das Debêntures, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

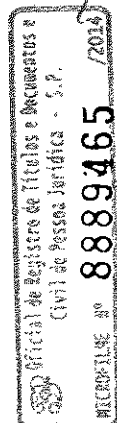
onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira







Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de números-índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, sendo "n" um número inteiro;

NIK = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Primeira Série;

NIK-1 = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a última data de aniversário das Debêntures da Primeira Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última data de aniversário e a próxima data de aniversário das Debêntures da Primeira Série, sendo "dut" um número inteiro.





O fator resultante da expressão:  $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}}\right)^{\frac{dup}{dut}}$  é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizado o último número-índice disponível do índice de preços em questão.

Considera-se “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente;

6.14.1.1. Caso o IPCA/IBGE seja extinto ou considerado legalmente inaplicável ao presente, fica estabelecido, desde já, que os valores passarão automaticamente a ser corrigidos pelo IGP-M/FGV ou, na impossibilidade de utilização deste, por outro índice oficial vigente, reconhecido e legalmente permitido, a ser definido por 75% dos Debenturistas.

6.14.1.2. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias das Debêntures da Primeira Série não houver divulgação do IPCA/IBGE, ou índice que vier a substituí-lo nos termos do Cláusula 6.14.1.1 acima, será aplicado o último índice divulgado, não sendo devidas quaisquer





compensações financeiras, multas ou penalidades, por parte da Emissora, quando da divulgação posterior do índice que seria aplicável.

- 6.14.2. *juros remuneratórios da Primeira Série*: sobre o Valor Nominal ou o saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária, incidirão juros remuneratórios, correspondentes a 9,00% (nove inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Juros da Primeira Série", e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Juros da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Os Juros da Primeira Série serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$= VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos Juros da Primeira Série devidos no final de cada data de cálculo dos Juros da Primeira Série das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Primeira Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

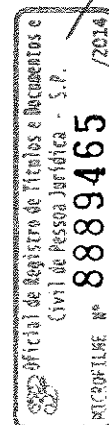
$$FatorJuros = \left\{ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right\}$$

onde:

taxa = 9,000 (nove inteiros);

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização, data de incorporação, ou data do último pagamento de Juros das Debêntures da





Primeira Série, conforme o caso imediatamente anterior, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

O primeiro período de capitalização dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, referente ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização e termina no 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão, inclusive, ou seja 15 de março de 2016, data no qual os Juros Remuneratórios serão incorporados ao Valor Nominal Atualizado, sendo que no primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, ou seja 15 de setembro de 2016 e, para os demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série subsequente ("Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série"). Cada Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

6.14.3. *atualização monetária da Segunda Série:* o Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Segunda Série não será atualizado.

6.14.4. *juros remuneratórios da Segunda Série:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento), da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 3,00% (três por cento) ao ano, pelos 2 (dois) primeiros anos de vigência das Debêntures da Segunda Série, ou seja, desde a Data de Integralização até 15 de setembro de 2016, e de 4,00% (quatro por cento) ao ano, pelo prazo remanescente das Debêntures da Segunda Série, ou seja, desde 15 de setembro de 2016 (inclusive) até a Data de Vencimento, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa da Segunda Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Segunda Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde





a Data da Integralização ou a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J valor unitário da Remuneração da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização;
- VNe Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde:}$$

- Fator DI Produtório das Taxas DI, desde o início do Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, inclusive, até o término do Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

- k número de ordem das Taxas DI over, variando de 1 até n;
- n número total de Taxas DI over, considerados em cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;





**TDIk** Taxa DI over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

**DIk** Taxa DI over, de ordem k, expressa ao ano, conforme divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

**FatorSpread** Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

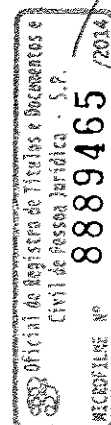
**Spread** = 3,0000(três inteiros) da Data de Integralização até 15 de setembro de 2016, e de 4,0000 (quatro inteiros), pelo prazo remanescente das Debêntures da Segunda Série, ou seja, desde 15 de setembro de 2016 (inclusive) até a Data de Vencimento;

**n** = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização, data de incorporação, ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

**Observações:**

- (a) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$ , deve ser considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;





- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDIk), sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) o fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento; e
- (e) Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

O primeiro período de capitalização dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série, referente ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização e termina no 18º (décimo oitavo) mês após a emissão, inclusive, ou seja 15 de março de 2016, data no qual os Juros Remuneratórios serão incorporados ao Valor Nominal Atualizado, sendo que no primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série, ou seja, 15 de setembro de 2016 e para os demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série subsequente ("Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série"). Cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

6.14.4.1. Observado o disposto na Cláusula 6.14.4.2 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da Segunda Série previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

6.14.4.2. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua





apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI à Remuneração das Debêntures da Segunda Série por proibição legal ou judicial o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita os parâmetros utilizados em operações similares vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Segunda Série, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da Segunda Série.



6.14.4.3. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da Segunda Série previstas nesta Escritura de Emissão.

6.14.4.4. Caso na assembleia geral de Debenturistas prevista acima não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal ou pelo saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Segunda Série em circulação, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a Data de

Handwritten signature and initials, including the word "meef" and a large "X" mark.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.







Integralização, data de incorporação ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, a última Taxa DI divulgada oficialmente

- 6.15. *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.
- 6.16. *Amortização Extraordinária.* A Companhia não poderá amortizar extraordinariamente as Debêntures.
- 6.17. *Resgate Antecipado Facultativo.* Exceto pelo disposto na Cláusula 6.18 abaixo, a Companhia não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado facultativo, total ou parcial, de qualquer das Debêntures.
- 6.18. *Oferta de Resgate Antecipado.* A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, em geral ou por série, conforme o que for definido pela Companhia, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será efetuado, em geral ou por série, conforme o que for definido pela Companhia, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, em geral ou por série, conforme o que for definido pela Companhia, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"):
- I. a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio aos Debenturistas ("Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures em circulação; (b) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em circulação, a quantidade de Debêntures em circulação objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso V abaixo; (c) se a





Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o percentual do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma de manifestação à Companhia pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso II abaixo; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;

II. após a publicação do Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante a Companhia, findo o qual a Companhia terá o prazo de 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar antecipadamente a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;

III. a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



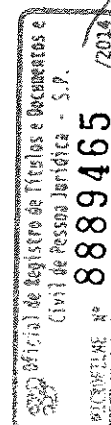


ao Escriturador, ao Banco Mandatário e à CETIP a respectiva data do resgate antecipado;

- IV. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, data de incorporação ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo;
- V. caso a Companhia opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário;
- VI. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 6.19 abaixo; e
- VII. o resgate antecipado parcial deverá ocorrer por meio da CETIP sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP..

6.19. *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme o caso; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela





instituição financeira contratada para este fim.

- 6.20. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil (assim entendido como qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo ("Dia Útil") subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, conforme o caso, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.
- 6.21. *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora não compensatório de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").
- 6.22. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.23. *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

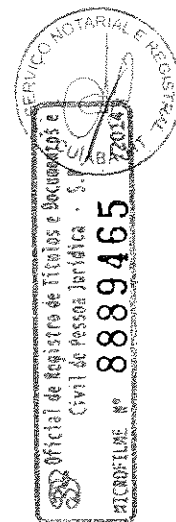




6.24. **Vencimento Antecipado.** Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.24.1, 6.24.2 e 6.24.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento dos Juros imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

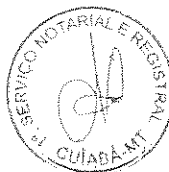
- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão;
- II. inadimplemento, pela Companhia e/ou pelas Intervenientes Anuentes, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, e/ou nos Contratos de Garantia não sanado (i) no prazo de cura aplicável à Emissora conforme previsto nesta Escritura, em contrato, na legislação ou na regulamentação em vigor, ou, caso inexistir, prazo de cura específico, (ii) em até 15 (quinze) dias corridos contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido;
- III. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima;
- IV. declaração de invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições) por decisão judicial transitada em julgado;
- V. questionamento judicial desta Escritura de Emissão, pela Emissora ou quaisquer dos Intervenientes Anuentes, não sanado de forma definitiva no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data em que a Parte questionada tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial;
- VI. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de



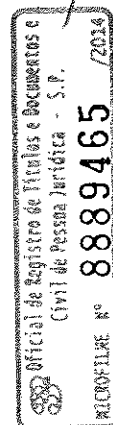


- transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou pelas Intervinentes Anuentes, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco inteiros por cento) das Debêntures em circulação;
- VII. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou das Intervinentes Anuentes; (b) decretação de falência da Companhia e/ou das Intervinentes Anuentes; (c) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou das Intervinentes Anuentes, independentemente do deferimento do pedido; (d) pedido de falência da Companhia e/ou das Intervinentes Anuentes formulado por terceiros, não elidido no prazo legal, independentemente do deferimento do pedido; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou das Intervinentes Anuentes, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- VIII. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- IX. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou das Intervinentes Anuentes, exceto, se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco inteiros por cento) das Debêntures em circulação;
- X. redução de capital social da Companhia e/ou das Intervinentes Anuentes, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco inteiros por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- XI. amortização de ações de emissão da Companhia ou





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



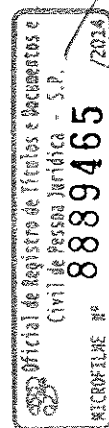
reembolso de ações de acionistas da Companhia, nos termos no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, que representem mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia, tendo por base as mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia (conforme definido na Cláusula 8.1, inciso II abaixo), exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco inteiros por cento) das Debêntures em circulação;

- XII. alteração ou transferência do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia e/ou das Intervenientes Anuentes sem a prévia autorização de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco inteiros por cento) das Debêntures em circulação;
- XIII. alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco inteiros por cento) das Debêntures; ou (b) não resultar em alteração da atividade principal da Companhia;
- XIV. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia e/ou pelas Intervenientes Anuentes nesta Escritura de Emissão é falsa, incompleta ou incorreta em qualquer aspecto relevante;
- XV. inadimplemento, pela Companhia e/ou pelas Intervenientes Anuentes, de qualquer obrigação financeira, inclusive dívidas perante o BNDES, em valor, individual ou agregado, igual ou superior aos limites estabelecidos no Cláusula 6.24.4 abaixo, atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM/Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou seu equivalente em outras moedas;
- XVI. vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do  
Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua  
da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



- Companhia, inclusive dívidas perante o BNDES, em valor, individual ou agregado, igual ou superior aos limites estabelecidos no Cláusula 6.24.4 abaixo, ou seu equivalente em outras moedas;
- XVII. vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira das Intervenientes Anuentes, inclusive dívidas perante o BNDES, em valor, individual ou agregado, igual ou superior aos limites estabelecidos no Cláusula 6.24.4 abaixo, ou seu equivalente em outras moedas;
- XVIII. protesto de títulos contra a Companhia e/ou contra as Intervenientes Anuentes, em valor individual ou agregado igual ou superior aos limites estabelecidos no Cláusula 6.24.4 abaixo, atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se no prazo de 30 (trinta) dias contados do protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto foi (a) efetuado por erro ou má-fé de terceiro; ou (b) suspenso, cancelado ou, ainda, se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese;
- XIX. não cumprimento pela Emissora de qualquer decisão ou sentença judicial ou arbitral à qual não tenha sido concedido efeito suspensivo no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de publicação da decisão ou sentença, em valor individual ou agregado igual ou superior aos limites estabelecidos no Cláusula 6.24.4 abaixo, ou seu valor equivalente em outras moedas convertido com base no câmbio da moeda estrangeira, na data do descumprimento;
- XX. não cumprimento pelas Intervenientes Anuentes de qualquer decisão ou sentença judicial ou arbitral à qual não tenha sido concedido efeito suspensivo no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de publicação da decisão ou sentença, em valor individual ou agregado igual ou superior aos limites estabelecidos no Cláusula 6.24.4 abaixo, ou seu valor equivalente em outras moedas convertido com base no câmbio da moeda estrangeira, na data do descumprimento;







3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

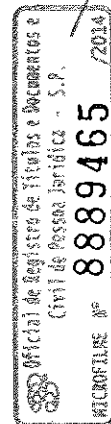


- XXI. mediante comunicação a ser enviada pela Emissora, caso a Emissora e/ou as Intervenientes Anuentes sejam inscritas em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando ao SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, em montantes, individual ou conjuntamente considerados, superiores aos limites estabelecidos no Cláusula 6.24.4 abaixo, desde que tal inscrição não seja cancelada no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data em que a Emissora comunicar o Agente Fiduciário nesse sentido, via fax e/ou email, conforme indicados na cláusula "Informações" abaixo;
- XXII. não renovação, cancelamento, revogação, caducidade ou suspensão, de qualquer maneira, da concessão objeto do Contrato de Concessão, por sentença condenatória transitada em julgado;
- XXIII. apropriação, confisco, encampação ou estatização da Emissora ou de seus ativos relevantes para a continuidade de seus negócios e da sua concessão;
- XXIV. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, e/ou caso o ICSD da Companhia, conforme definido abaixo, seja inferior a 1,3 (um inteiro e trinta centésimos), exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do Estatuto Social da Companhia vigente na Data de Emissão;
- XXV. obtenção de qualquer financiamento sem aprovação prévia dos Debenturistas, exceto (i) por futuras contratações a serem realizadas junto ao BNDES para financiamento de investimentos a serem realizados no âmbito da concessão e contratos de mútuos com outras empresas do grupo econômico; e (ii) pela nova emissão decorrente da





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



renegociação ou repactuação mencionada na Cláusula 6.11.2 acima,;

- XXVI. concessão de mútuos a acionistas ou a outras empresas do grupo econômico sem aprovação prévia dos Debenturistas;
- XXVII. constituição, sem prévia autorização dos Debenturistas, penhor ou gravame sobre os bens e direitos dados em garantia, exceto (i) por futuras contratações a serem realizadas junto ao BNDES para financiamento de investimentos a serem realizados no âmbito da concessão; e (ii) pela nova emissão decorrente da renegociação ou repactuação mencionada na Cláusula 6.11.2 acima;
- XXVIII. descumprimento da obrigação de Aporte, tratada na Cláusula 8.1, inciso XIV e XV abaixo;
- XXIX. caso, constatando-se a ocorrência de trânsito em julgado de qualquer sentença judicial condenatória ou sentença arbitral definitiva ou emissão de laudo arbitral definitivo, em sede de arresto, sequestro ou penhora ("Decisão") que acarretem ou possam acarretar a deterioração das Garantias, a Emissora não apresentem em até 10 (dez) dias úteis da Decisão uma nova garantia ou reforço de garantia, que será deliberada em assembleia geral de debenturistas ("Reforço ou Substituição de Garantia"); e
- XXX. caso o Reforço ou Substituição de Garantia seja aprovado, em até 30 (trinta) dias corridos da aprovação, não constitua a nova garantia ou o reforço da garantia.

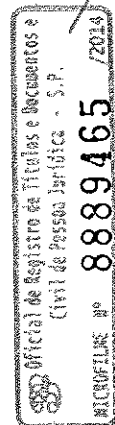
6.24.1. Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.24 acima, incisos IV; V; VIII; XIII; XIV; XVI; XIX; XXII; e XXIV, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, notificar assim que ciente, à Emissora informando de tal acontecimento.

6.24.2. Ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



aqueles previstos na Cláusula 6.24.1 acima), o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 9.12 e 9.12.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar de acordo com os prazos estabelecidos na cláusula 10 abaixo. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures;

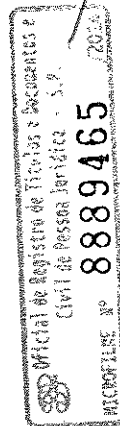
6.24.3. Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia se obriga a pagar o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento dos Juros imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do recebimento da comunicação enviada pelo Agente Fiduciário acerca da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso o pagamento acima citado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência;

6.24.4. Os limites anuais aplicáveis nos sub itens da Cláusula 6.24 acima são os seguintes: (i) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a Companhia e para a PCT; (ii) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para a CAB Ambiental; e (iii) R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a Galpar.





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



6.25. **Publicidade.** Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOEMT e no jornal Diário de Cuiabá, sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias devendo apenas enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

6.26. **Comunicações.** Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços imediatamente após o envio da mensagem. A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

6.26.1. para a Companhia:

**CAB CUIABÁ S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO**

Luis Afonso Migliani Bazzo

Avenida Gonçalo Antunes de Barros, 3196, Bairro Carumbé, cidade de Cuiabá, estado MT, CEP 78050-667

Telefone: (65) 3318-5803

E-mail: lbazzo@galvao.com

6.26.2. para o Agente Fiduciário:

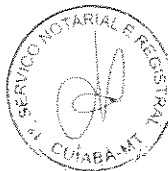
**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304

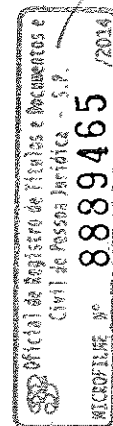
CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr.





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385.4565

Fax: (21) 3385.4046

E-mail: [operacional@pentagonotrustee.com.br](mailto:operacional@pentagonotrustee.com.br)

## 7. GARANTIAS REAIS

7.1. *Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes.* As Debêntures contarão com as seguintes garantias reais: (i) Penhor de Ações, nos termos do “Instrumento Particular de Constituição de Penhor em Garantia de Ações e Outras Avenças”, firmado entre a Companhia, a CAB Ambiental, a PCT Participações, o Agente Fiduciário (representando a comunhão dos Debenturistas) e o BNDES (“Penhor”), pelo qual foi outorgada o penhor: (a) de 100% das ações de emissão da Emissora (“Ações”); (b) dividendos em dinheiro, capital social ou qualquer outra forma de distribuição em relação às Ações; (c) juros sobre o capital próprio em dinheiro, capital social ou qualquer outra forma em relação às Ações; e (d) outras distribuições em dinheiro, capital social ou qualquer outra forma, pagas aos acionistas em relação às Ações nos termos do artigo 201 da Lei das Sociedades por Ações e/ou qualquer outra legislação aplicável (as alíneas (b), (c) e (d) em conjunto “Dividendos”, que quando em conjunto com as Ações, os “Bens Empenhados”), e (ii) Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, nos termos do “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Emergentes de Concessão Pública e Outras Avenças*”, firmado entre a Companhia, BNDES e o Agente Fiduciário (“Cessão Fiduciária” e em conjunto com Penhor, “Contratos de Garantia”), pelo qual foi constituída em favor do Agente Fiduciário (representando a comunhão dos Debenturistas), nos termos do artigo 66-B da Lei n.º 4.728/65, do Decreto Lei n.º 911, a propriedade fiduciária dos direitos emergentes do Contrato de Concessão (“Direitos Emergentes”).

### 7.2. Nos termos da Cessão Fiduciária:

- (i) a conta que recebe todos os Direitos Emergentes também estará cedida





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



fiduciariamente ("Conta Vinculada");

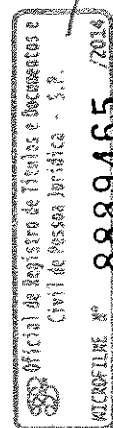
- (ii) até o 6º mês anterior ao primeiro Pagamento do Valor Nominal e dos juros remuneratórios, , deverão ser transferidos para conta corrente da Emissora mantida junto ao Itaú Unibanco S.A. ("Agente de Contas", e "Conta Reserva Debêntures", respectivamente), recursos em montante equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do Serviço da Dívida Debêntures (conforme definido abaixo) ("Percentual Garantido");
- (iii) a liberação dos recursos da Conta Reserva Debêntures se dará parcialmente na medida que o montante depositado seja superior ao Percentual Garantido e, totalmente, quando da amortização integral das Debêntures;
- (iv) a partir do 6 (sexto) mês que antecede o pagamento de qualquer Serviço da Dívida Debêntures (conforme definido abaixo), deverão ser transferidos, mensalmente, para conta corrente da Emissora mantida junto ao Agente de Contas ("Conta Pagamento Debêntures"), recursos em montante equivalente a 1/6 (um sexto) do valor do Serviço da Dívida Debêntures (conforme definido abaixo) ("Depósito Mínimo Mensal");
- (v) na data do pagamento do Serviço da Dívida Debêntures (conforme definido abaixo), os recursos oriundos da Conta Pagamento Debêntures serão automaticamente utilizados para quitação do Serviço da Dívida Debêntures, conforme procedimentos de pagamento previstos nesta Escritura de Emissão;
- (vi) para efeitos da formação da Conta Reserva e da Conta Pagamento Debêntures, entende-se por "Serviço da Dívida Debêntures" o valor do principal e dos juros remuneratórios vencidos das Debêntures, conforme previstos nesta Escritura de Emissão; e
- (vii) para apuração do Percentual Garantido e do Depósito Mínimo Mensal utilizar-se-á sempre o valor vencido do Serviço da Dívida Debêntures a ser pago pela Emissora, nos termos da Escritura de Emissão.

7.3. As garantias constituídas nos termos dos contratos descritos acima garantirão o pagamento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias assumidas





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.289/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



pela Emissora, decorrentes ou de qualquer forma relacionadas às Debêntures, incluindo, sem limitação, seu Valor Nominal, Remuneração e eventuais Encargos Moratórios devidos aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão. As garantias reais permanecerão válidas e eficazes e serão mantidas até: (i) a integral quitação das obrigações pecuniárias decorrentes das Debêntures; ou (ii) a sua total excussão, pelo Agente Fiduciário, nos termos do Penhor e da Cessão Fiduciária, e desde que este tenha recebido o produto da excussão das garantias.

#### 8. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA E DOS INTERVENIENTES ANUENTES

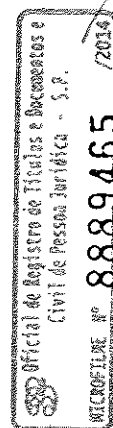
8.1. A Companhia e, com relação aos incisos IV(b), IV(c), V, VI, VII, VIII, X, XIII, XIV e XV abaixo, também os Intervenientes Anuentes, estão adicionalmente obrigados a:

- I. manter válidas e regulares as licenças, concessões e/ou aprovações necessárias ao seu regular funcionamento, na forma e prazo exigidos pela legislação, regulamentação e/ou pelo Contrato de Concessão, conforme aplicável, mantendo-as válidas e regulares, após a sua respectiva obtenção, em conformidade com a legislação e a regulamentação aplicáveis e com o Contrato de Concessão, exceto as licenças, concessões ou aprovações cuja perda não gere um Efeito Adverso Relevante;
- II. fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar em sua respectiva página na Internet (<http://www.cabcuiaba.com.br>), na data em que ocorrer o primeiro entre o decurso de 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia");





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua na Orlada, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



III. fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar em sua respectiva página na Internet (<http://www.cabcuiaba.com.br>), na data em que ocorrer o primeiro entre o decurso de 60 (sessenta) dias contados da data de término do primeiro semestre ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras semestrais consolidadas da Companhia revisadas por auditor independente, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Semestrais", em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia, as "Demonstrações Periódicas");

IV. fornecer ao Agente Fiduciário:

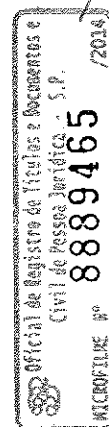
- a) na mesma data de fornecimento das Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia a que se refere o inciso II e III acima, conforme o caso, sendo que as Demonstrações Financeiras Semestrais serão fornecidas apenas para fins informativos, (i) a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento do ICSD, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Companhia todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- b) declaração anual firmada por diretores da Companhia, na forma do seu Estatuto Social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão, (b) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e (c) atestando que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
- c) os Avisos aos Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data em que forem publicados;
- d) 05 (cinco) dias úteis após sua ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da







3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; ou (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada a um Evento de Inadimplemento; ou (iii) informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar (iii.a) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia (inclusive decorrentes de impactos negativos de caráter reputacional ou de imagem); e/ou (iii.b) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures ("Efeito Adverso Relevante");

- e) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
- f) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as Demonstrações Periódicas da Companhia não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Companhia; e
- g) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCEMT, em até 15 (quinze) dias contados da data do respectivo registro.

V. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do  
Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua  
da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

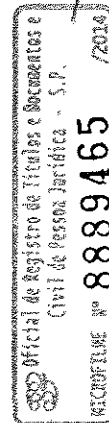


- e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa e material a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- VI. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, o Escriturador e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;
- VII. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, sendo que as despesas acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais) devem ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo;
- VIII. notificar, em até 1 (um) dia útil, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Companhia;
- IX. convocar, em até 1 (um) dia útil, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça no prazo aplicável;
- X. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- XI. cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em Efeito Adverso Relevante;
- XII. cumprir rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do  
Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua  
da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



atividades descritas em seu objeto social e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, exceto aquelas que estão sendo questionadas de boa fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não resulte em Efeito Adverso Relevante;

- XIII. notificar, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da celebração da Cessão Fiduciária, o Município de Cuiabá a respeito da constituição Penhor de Ações e da Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes; e
- XIV. aportar solidariamente recursos ("Aporte") mediante aumento de capital, adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") ou mútuo subordinado, em caso de não cumprimento de *covenant* de ICSD (abaixo definido). Tal obrigação será automaticamente liberada após o atendimento, cumulativamente, das seguintes condições: (a) encerramento do ano civil de 2022 e apresentação das demonstrações financeiras a ele referentes; (b) cumprimento do ICSD igual ou superior a 1,30x nos dois anos anteriores à liberação deste compromisso; e (c) notificação, pelo BNDES, atestando a queda da obrigação de aporte de recursos dos Intervenientes Anuentes.

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") deverá ser calculado anualmente com base nos 12 (doze) meses anteriores ao fechamento das Demonstrações Financeiras da Emissora, com a primeira Data de Cálculo ocorrendo no exercício findo em 2015, com base na fórmula abaixo:

$$\text{ICSD} = \text{EBITDA} / \text{Serviço da Dívida}$$

"EBITDA" Corresponderá ao Resultado Operacional antes das despesas (receitas) financeiras, IR e CSLL, acrescido da depreciação e amortização e subtraído dos Ajustes IFRS;





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



“Ajustes IFRS” significa o resultado da subtração entre as receitas e custos relativos à prestação dos serviços de construção, acrescidos das Receitas Financeiras calculadas com base na taxa efetiva de juros sobre os Ativos Financeiros, quando existirem;

“IR” significa o Imposto de Renda Pessoa Jurídica;

“CSLL” significa a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido;

“Serviço da Dívida” significa a soma do pagamento de juros mais amortização de principal da Dívida Bruta.

“Dívida Bruta” significa debêntures, empréstimos, financiamentos, outras dívidas bancárias, fiscal, com fornecedores vencidas há mais de 90 (noventa) dias e provenientes de acordos judiciais e mútuos contraídos junto aos acionistas ou a qualquer outra empresa integrante do grupo econômico do qual a Emissora faça parte.

Ao prazo estabelecido no item (a) do inciso XIV acima, será acrescido 01 (um) ano civil, a cada vez que a Emissora não comprovar o atingimento do ICSD igual ou superior a 1,30.

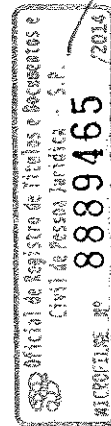
caso o ICSD para um determinado exercício não seja atingido, a obrigação do aporte descrita no parágrafo anterior deverá ser em montante equivalente ao valor que tenha faltado ao EBITDA para reestabelecer o ICSD de 1,30, através de depósito na Conta Vinculada, em até 30 (trinta) dias contados da data limite para a apresentação ao Agente Fiduciário da demonstração financeira completa anual, independentemente do recebimento de qualquer notificação do Agente Fiduciário.

- XV. realizar Aporte mediante aumento de capital, AFAC ou mútuo subordinado, em caso de insuficiência do preenchimento da Conta Reserva Debêntures. Esta obrigação deverá ser em montante equivalente ao valor necessário para que a Conta Reserva Debêntures restabeleça o seu saldo mínimo estipulado, no prazo de até 05 (cinco) dias contados





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



da utilização da Conta Reserva Debêntures.

## 9. AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. o representante legal do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão tem, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário, tem os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de

*mech*

*1*

*A*

*S*

*GR*

*[Handwritten signature]*





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-090.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;

- VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Companhia;
- IX. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- X. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- XI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28; e
- XII. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções.
- XIII. que, com base nas informações emitidas junto à Emissora, identificou que também exerce a função de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, CAB Ambiental

*maef*

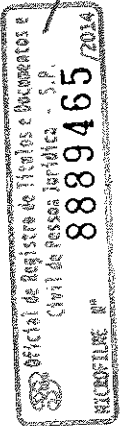
*1*  
*2*  
*3*

*[Handwritten signature]*





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



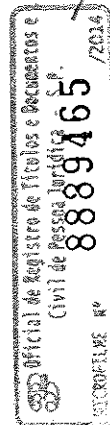
("1ª Emissão da CAB AMBIENTAL"), com vencimento em 28 de junho de 2020, em que foram emitidas 100.000 (cem mil) debêntures, na data de emissão no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da CAB Ambiental são garantidas por garantia fidejussória da Emissora, conforme previsto na escritura de emissão.

- 9.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou até sua efetiva substituição.
- 9.3. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
  - II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;
  - III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
  - IV. serão realizadas, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderão ser convocadas pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, e, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuarla, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pelas assembleias gerais de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) as assembleias gerais de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não deliberem sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.25; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

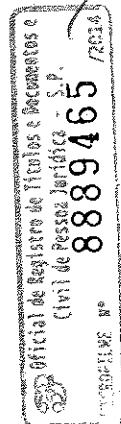
9.4. Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo a primeira parcela devida até o 5º (quinto) dia útil







3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030, Oficial: Raulino Alves da Silva, Subst: Ricardo V.M. Antunes



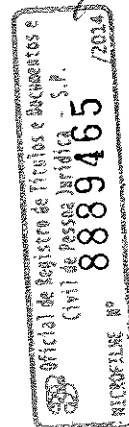
contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

- 9.5. As parcelas citadas na cláusula 9.4. acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.
- 9.6. As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 9.7. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 9.8. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.
- 9.9. A remuneração prevista na Cláusula 9.4 acima não inclui as despesas com publicações em geral, notificações, transporte, alimentação, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação, transportes e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização,





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

9.10. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.11. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

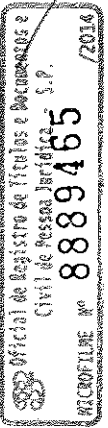


- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VI. promover nos competentes órgãos, às expensas da Companhia, caso esta não o faça, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da incidência de descumprimento de obrigação não pecuniária;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. solicitar, às expensas da Companhia, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia;
- X. solicitar, às expensas da Companhia, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- XI. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 10.3 abaixo;
- XII. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIII. elaborar, no prazo legal, e enviar uma cópia à Companhia, na mesma data em que disponibilizar aos Debenturistas, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



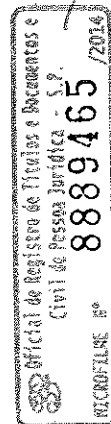
Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia enviar todas as informações financeiras, organograma do grupo societário da Companhia (que deverá conter as Controladoras, as Controladas, as coligadas, e os integrantes de bloco de controle) e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:

- a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
- b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
- c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
- d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
- g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia e nos termos desta Escritura de Emissão;
- i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



por qualquer Controladora, Controlada, coligada, ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e

- j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XIV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;
- XV. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.25 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XIII acima;
- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Banco Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XVII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e (b) daquela relativa à observância dos ICSD;
- XVIII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.25 acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer





8º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP;

- XIX. divulgar as informações referidas no inciso XIII acima, alínea i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;
- XX. divulgar, em sua central de atendimento e/ou página na Internet, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado pela Companhia em conjunto com o Agente Fiduciário.

9.12. No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

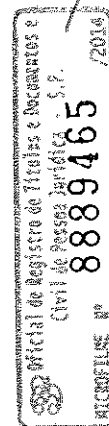
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios, nos termos da Cláusula 6.24 desta Escritura de Emissão;
- II. requerer a falência da Companhia;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

9.12.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.24.1., 6.24.2 e 6.24.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 9.12 acima, incisos I a III, se,





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do  
Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua  
da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 9.12 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

- 9.13. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 9.14. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 10 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 10 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 9.11 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas,
- 9.15. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis e desta Escritura de Emissão.
- 9.16. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



9.17. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Companhia para acompanhar o atendimento do ICSD.

#### 10. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

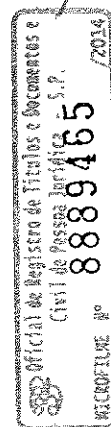
- 10.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 10.2. As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 10.3. A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.25 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.
- 10.4. As assembleias gerais de Debenturistas deverão ser realizadas no prazo de 8 (oito) dias, contados da publicação do edital de primeira convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do edital de segunda convocação.
- 10.5. As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 10.6. A presidência das assembleias gerais de Debenturistas, caberá ao Debenturista, eleito pelos demais Debenturistas, aos representantes do Agente Fiduciário ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 10.7. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Quando não haver quórum específico determinado nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, maioria simples das Debêntures em circulação.







3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.160.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



10.8. Sem prejuízo de outros quóruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura e observado o disposto na Cláusula 10.9 abaixo, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, bem como os pedidos de liberação de cumprimento de obrigações (waivers) deverão ser aprovados por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.9. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas que tenham por objeto alterar as seguintes características das Debêntures: (i) Remuneração; (ii) as datas de pagamento da Remuneração; (iii) os valores e as datas de amortização das Debêntures; (iii) Data de Vencimento; (iv) quóruns de deliberação das assembleias gerais de Debenturistas previstos nesta Cláusula 10; e (v) hipóteses de vencimento antecipado, conforme previstas na Cláusula 6.24 acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da assembleias gerais de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em circulação. O quorum previsto para alterar as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures não guarda qualquer relação com o quorum para declaração de vencimento antecipado estabelecida na Cláusula 6.24 acima.

10.10. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer Controladora, Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

10.11. O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.12. Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

#### 11. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DAS INTERVENIENTES ANUENTES





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



11.1. A Companhia e as Intervenientes Anuentes, neste ato, declaram, que:

- I. são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existente respectivamente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto, exceto por: (a) arquivamento da ata da RCA na JUCEMT; (b) publicação da ata da RCA nos jornais de publicação utilizados pela Emissora; (c) arquivamento desta Escritura de Emissão na JUCEMT; e (d) registro das Debêntures junto ao MDA, ao CETIP 21;
- III. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Companhia; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030. Oficial: Raulito Alves da Silva Subst: Ricardo V.M. Antunes



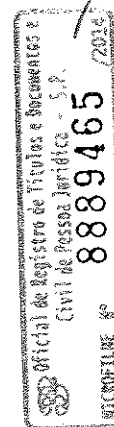
do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus ou gravame, judicial ou extrajudicial, sobre qualquer ativo da Companhia; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer de seus ativos;

- VI. estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- VII. têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia, em observância ao princípio da boa-fé;
- VIII. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- IX. estão, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- X. possuem, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não tenha





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do  
Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua  
da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



um Efeito Adverso Relevante;

XI. não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

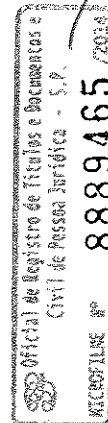
XII. cumpre e faz cumprir, bem como nossas afiliadas, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), do *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) e do *UK Bribery Act* (UKBA), na medida em que (i) mantemos políticas e procedimentos internos, treinamento, comunicação, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, que asseguram integral cumprimento de tais normas; (ii) damos pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar conosco, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento, e nossos funcionários, executivos, diretores, representantes e procuradores, no melhor do nosso conhecimento, não estão sofrendo investigação criminal e não estiveram sujeitos a quaisquer ações legais civis ou criminais no país ou no exterior, por conduta inadequada relacionada a suborno, corrupção ou outro ato ilícito relacionados às leis acima mencionadas; (iii) conhecemos e entendemos as disposições das leis anticorrupção dos países em que fazemos negócios, bem como não adotamos quaisquer condutas que infrinjam as leis anticorrupção desses países, sendo certo que executamos as nossas atividades em conformidade integral com essas leis; e (iv) abstermo-nos de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no nosso interesse ou para nosso benefício, exclusivo ou não;

11.2. A Companhia, de forma irrevogável e irretratável, se obrigam a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subs: Ricardo V.M. Antunes



pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 11.1 acima.

- 11.3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.2 acima, a Companhia e os Intervinentes Anuentes obrigam-se a notificar, em até 1 (um) dia útil da data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 11.1 acima seja falsa e/ou incorreta na data em que foi prestada.

## 12. DESPESAS

- 12.1. Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

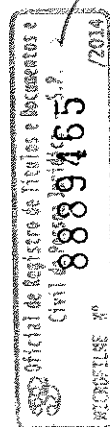
## 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 13.2. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 13.3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030. Oficial: Raulito Alves da Silva Subst: Ricardo V.M. Antunes



- 13.4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 13.5. As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 13.6. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

#### 14. LEI DE REGÊNCIA

- 14.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil

#### 15. FORO

- 15.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

São Paulo, 08 de setembro de 2014.





3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do  
Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua  
da Unitaída, 52, 3º andar, Centro/RJ CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)  
(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

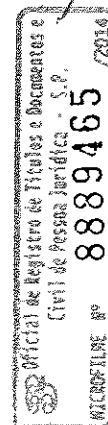


REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

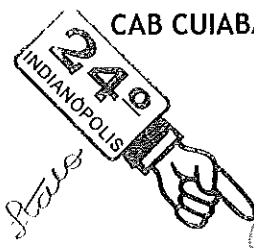
23 SET 11 1101148

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CAB CUIABÁ S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO, celebrado entre a CAB CUIABÁ S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO, a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, a COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL, PCT PARTICIPAÇÕES LTDA. e a GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. - Página de Assinaturas 1/3.



CAB CUIABÁ S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO

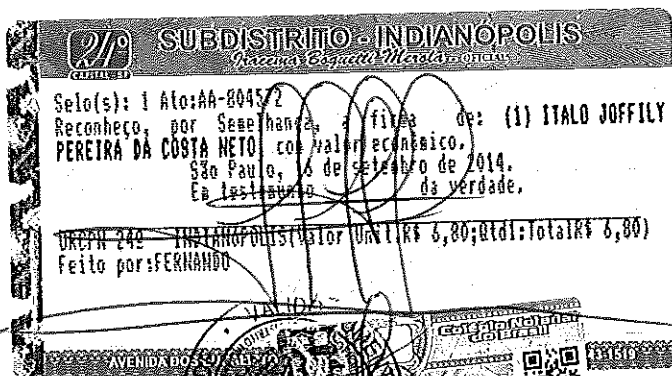


Nome: Italo Joffily Pereira da Costa Neto  
CPF: 234.068.953-87  
Cargo: RG: 65646483  
CAB Cuiabá S/A

*Italo Joffily Pereira da Costa Neto*

Nome: Celso Lino Paschoal Junior  
Cargo: Diretor Operacional  
CPF: 000.174.676-67  
RG: 4.004.267

*celso*



24º SUBDISTRITO REGISTRO CIVIL  
"INDIANÓPOLIS"  
Alex Moreira Santos Junior  
ESCREVENTE AUTORIZADO





**Sétimo Serviço Notarial e Registral - 4ª Circunscrição Imobiliária**

Notária e Registradora: Nizete Assunção  
Av. Sen. Fênix Muller, nº 1200 - Bairro: Du Bomba - Cuiabá - MT - CEP 78043-403  
Fones: (65) 3621-1613 / 3621-1440 - Fax: (65) 3621-5368 - e-mail: carlosoto@terra.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de **CELSO LINO PASCHOAL JUNIOR (055334)**,

Cuiabá-MT, 18 de setembro de 2014. Horário: 14:23  
E Dou fé em testemunho ( ) da verdade.

Elleno Azevêdoque Diretor do Parâmetro Substituto  
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Alto de Notas e Registro  
Cod. Cartório: 83 - Cod. Ator: 22 JAM  
Selo Digital AMK 21620 R\$ 5,00

Consulta: [www.tjmt.jus.br/ceico](http://www.tjmt.jus.br/ceico)



3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do  
Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua  
da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Certifico o Registro em 19/09/2014 sob nº ED000558000  
Protocolo: 14/098228-0 de 18/09/2014  
NIRE: 51300011514

**CAB CUIABÁ S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO**

Chancela: F4DEC-99626-4E8D6-74F90-E5EB9-7CC44-08010-B9E1D

Cuiabá, 22/09/2014

*Katrina*  
Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz  
Secretária Geral

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

23 SET 11 1101148

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CAB CUIABÁ S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO, celebrado entre a CAB CUIABÁ S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO, a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, a COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL, PCT PARTICIPAÇÕES LTDA. e a GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. - Página de Assinaturas 2/3.



PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

*Rosane Basilio*

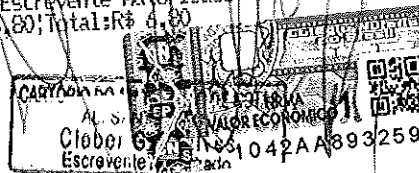


Nome: Rosane da Silva Basilio  
Cargos: Procuradora  
RG: 41.295.892-4  
CPF: 421.493.088-60

12 TABELIÃO de NOTAS

CARTÓRIO DO 1º TABELIÃO DE NOTAS  
Alameda Santos, 1473 - São Paulo - SP - Cep: 01318-000

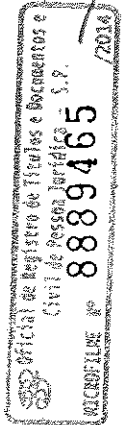
Reconheço por semelhança a firma: ROSANE DA SILVA BASILIO, a qual confere com o padrão depositado em Cartório.  
São Paulo, 16 de Setembro de 2014.  
Em testemunho da verdade.  
Cleber Gonçalves - Escrevente Autorizado  
1409161619225 - Firma: R\$ 4,00; Total: R\$ 4,00



23 SET 2014 1101148

ARQUIVADA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CAB CUIABÁ S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO, celebrado entre a CAB CUIABÁ S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO, a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, a COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL, PCT PARTICIPAÇÕES LTDA. e a GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. - Página de Assinaturas 3/3



COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL CAB AMBIENTAL

Edison Martins

Nome: RG: 9.732.139 SSP/SP  
Cargo: CPF: 887.807.088-20

Mario de Queiroz Galvão  
Nome: RG: 54.147.193-4 SSP/SP  
Cargo: CPF: 235.034.753-20

PCT PARTICIPAÇÕES LTDA.

Nome:  
Cargo:

Mario Roberto Candido de Figueiredo  
CPF: 298.435.027-87  
RG: 2.891.050 SSP/SP  
GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

Edgar Teodoro Borges  
Nome: CPF: 000.991.701-72 - RG: 045.351 SSP/MT  
Cargo:

Edison Martins  
Nome: RG: 9.732.139 SSP/SP  
Cargo: CPF: 887.807.088-20

Dario de Queiroz Galvão Filho  
Nome: RG: 53.596.756-1 SSP/SP  
Cargo: CPF: 190.175.453-72

Testemunhas:

Página 58 de 59

24º SUBDISTRITO - INDIANÓPOLIS  
Selo(s): 2 Atas: AA-484213-484214  
Reconheço, por Semelhança as firmas de (2) EDISON MARTINS,  
(1) MARIO DE QUEIROZ GALVAO e (1) DARIO DE QUEIROZ GALVAO  
FILHO, com valor econômico,  
São Paulo, 12 de Setembro de 2014.  
Em testemunho da verdade.

ORCPH 240 - INDIANÓPOLIS (Valor Unit. R\$ 5,00; Qtd: 27,20)  
Feito por: FERNANDO



24º SUBDISTRITO REGISTRO CIVIL  
"INDIANÓPOLIS"  
Alex Moreira Santos Junior  
ESCREVENTE AUTORIZADO



3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro RJ, CNPJ: 27.150.258/0001-75, Rua da Outanda, 52, 3º andar, Centro RJ CEP: 20.011-030.  
 Oficial: Paulo Alves da Silva  
 Subst: Ricardo V.M. Antunes

3º

Empl.

Estado

Ipesp

R. Civil

T. Justiça

Total R\$ 13.024,40

Selos e taxas  
 Recolhidos  
 p/verba

3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.572.625/0001-66  
 Bel. José Maria Siviero - Oficial  
 R\$ 8.140,24 Protocolado e prenotado sob o n. 8.889.465 em  
 R\$ 2.313,55 25/09/2014 e registrado, hoje, em microfilme  
 R\$ 1.713,73 sob o n. 8.889.465, em títulos e documentos.  
 R\$ 428,44 São Paulo, 25 de setembro de 2014  
 R\$ 428,44

Bel. José Maria Siviero - Oficial  
 Bel. Francisco Roberto Longo - Oficial Substituto

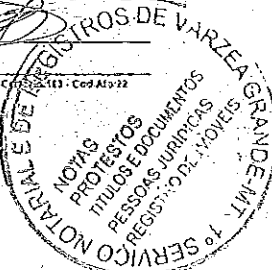
1º SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTROS  
 REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, PESSOAS JURÍDICAS E PROTESTOS  
 AUTARQUIA DE CAMPOS FÁBIO - NOTARIAL E REGISTRADORA  
 Fone: (65) 3382-6260 - E-mail: notarial@camposfabio.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de: MARIO ROBERTO CANDIA DE FIGUEIREDO, CPF: 28043502787 (809), EDGAR TEODORO BORGES CPF: 08090170172 (104).

Várzea Grande-MT 19 de setembro de 2014 Horário: 10:12  
 Dou fé. Em testemunho ( ) da verdade.

Jose Carlos Ferreira de Arruda Escrevente

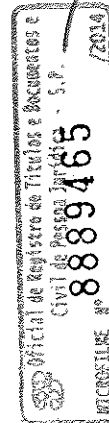
Selo Digital ALN 57980 R\$ 5,00  
 Selo Digital ALN 57981 R\$ 5,00  
 Consulta www.mt.gov.br/selos



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
 Certifico o Registro em 19/09/2014 sob nº ED000558000  
 Protocolo: 14/098228-0 de 18/09/2014  
 NIRE: 51300011514

CAB CUIABÁ S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO  
 Chancela: F4DEC-99626-4E8D6-74F90-E5EB9-7CC44-08010-B9E1D  
 Cuiabá, 22/09/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz  
 Secretária Geral



Nome: Luis Afonso Bazzo  
 RG: Diretor Adm. Financeiro  
 CPF/MF: RG: 27.764.802-6  
CPF: 197.299.058-60

Nome: Rosson Tadeu Pereira  
 RG: RG: 17.111.001-8  
 CPF/MF: CPF: 139.122.498-26

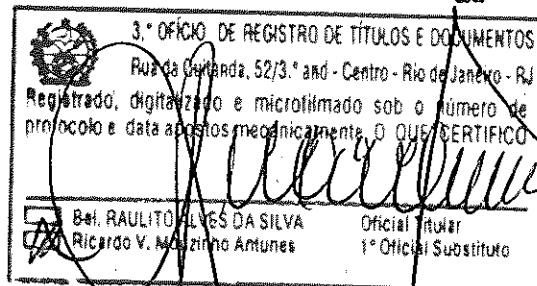
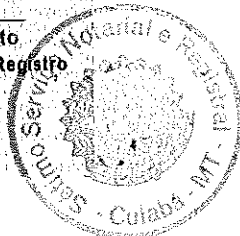
Poder Judiciário - TJERJ  
 Corregedoria Geral da Justiça  
 Selo de Fiscalização Eletrônico  
**EAJQ 98462 OVF**  
 Consulte a Validade do Selo Em:  
<https://www3.tjrijus.br/sitepublico>

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
 3º OFÍCIO  
 23 SET 2014 11:01:14  
 ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME  
 RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Sétimo Serviço Notarial e Registral - 4ª Circunscrição Imobiliária  
 Notária e Registradora: Nizete Asvolinsque  
 Av. Sen. Filinto Müller, nº 1200 - Bairro: Ourombo - Cuiabá - MT - CEP 78043-409  
 Fones: (65) 3621-1613 / 3621-1440 - Fax: (65) 3621-5366 - e-mail: carterio@ofsbzba@terra.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: **LUIS AFONSO MIGLIANI BAZZO (65343), ROSSON TADEU PEREIRA (65345),**  
 Cuiabá-MT, 18 de setembro de 2014. Horário: 11:22  
 E Dou fé. Em testemunho ( ) da verdade.

Etienne Asvolinsque Diogo de Faria Abellão Substituto  
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Ato de Notas e Registro  
 Cod. Cartório: 83 - Cod. Ato: 22 JAIR  
 Selo Digital AMK 21018 R\$ 5,00  
 Selo Digital AMK 21019 R\$ 5,00  
 Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)



Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: **LUIS AFONSO MIGLIANI BAZZO (65343), ROSSON TADEU PEREIRA (65345),**  
 Cuiabá-MT, 18 de setembro de 2014. Horário: 11:22  
 E Dou fé. Em testemunho ( ) da verdade.

Etienne Asvolinsque Diogo de Faria Abellão Substituto  
 Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Ato de Notas e Registro  
 Cod. Cartório: 83 - Cod. Ato: 22 JAIR  
 Selo Digital **Página 59 de 59** R\$ 5,00  
 Selo Digital AMK 21019 R\$ 5,00  
 Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)



3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do  
Rio de Janeiro/RJ. CNPJ: 27.150.299/0001-75, Rua  
da Oatanga 52, 3º andar Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Paulo Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Amunes

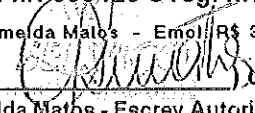
TABELIONATO E REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
Av. Getúlio Vargas, 141 - Curitiba/MT - Fone: (0xx65) 3352-5029 - Fax: (0xx65) 3352-5024  
Tabela/Registadora: Glória Alice Ferreira Roratti  
www.primaoficio.com.br - e-mail: registro@primaoficio.com.br

R.T.D. - Livro B 4757 - Fis.021/081 - O.S. 368021  
Protocolado em: 01/10/2014 sob nr. 396426

Registrado em: 01/10/2014 sob nr. 369337

Averbado ao prot. nr. 396425 e reg. nr.369336

Reg. por: Marinalva Almeida Matos - Emol: R\$ 3.429,40

Em testemunho (  ) da verdade  
Marinalva Almeida Matos - Escrev.Autorizada



TABELIONATO E REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
Av. Getúlio Vargas, 141 - Curitiba/MT - Fone: (0xx65) 3352-5029 - Fax: (0xx65) 3352-5024  
Tabela/Registadora: Glória Alice Ferreira Roratti  
www.primaoficio.com.br - e-mail: registro@primaoficio.com.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATO DE NOTAS E REGISTRO  
Código do Cartório: 058

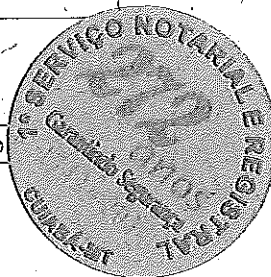
Selo de Controle Digital

Código(s) do ato: 103,113,123

AMF21585 - R\$ 3.429,40

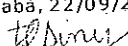
Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos

Selo de Controle



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
Certifico o Registro em 19/09/2014 sob nº ED000558000  
Protocolo: 14/098228-0 de 18/09/2014  
NIRE: 51300011514

CAB CUIABÁ S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA  
E ESGOTO  
Chancela: F4DEC-99626-4EBD6-74F90-E5EB9-7CC44-08010-B9E1D  
Cuiabá, 22/09/2014

  
Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz  
Secretária Geral